

MOEDA COMPLEMENTAR, REGIONAL OU SOCIAL: O QUE SÃO E PARA QUE ESTÃO SERVINDO?

Ariadne Scalfoni Rigo

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Email: ariadnescaltoni@gmail.com

Genauto Carvalho de França Filho

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Email: francafilhogenauto@gmail.com

Airton Cardoso Cançado

Universidade Federal de Tocantins (UFT)

Email: airtoncardoso@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Nunes (2001), as moedas sociais não são inovadoras, pois as trocas desde os tempos primitivos foram praticadas entre os homens e mulheres [...]. O cerne da questão colocada é que a moeda foi recriada nestes espaços que aqui descrevemos com a incorporação da moeda com função social. Os diferentes contextos e usos de moedas sociais e complementares no cenário nacional e internacional têm estimulado estudiosos na busca da compreensão das especificidades de cada experiência e das características concernentes ao um movimento que parece existir em prol do uso de moedas sociais como instrumento de desenvolvimento local ou de contextualização político-ideológica.

Economistas, antropólogos, sociólogos e estudiosos no campo da economia social e solidária de modo geral se debruçam sobre este intenso movimento, buscando identificar semelhanças e diferenças no que diz respeito aos objetivos, atores envolvidos, esquemas (design do circuito) e modos de gestão destes circuitos monetários alternativos (Soares, 2006; Menezes, 2007; Lietaer e Kennedy, 2010; Freire, 2009 e 2011; Schroeder, Myiazaki e Fare, 2011; Martignoni, 2012). No entanto, permanece ainda em aberto, a questão quais são os efetivos resultados do uso de moedas sociais nos processos de desenvolvimento dos territórios onde elas circulam.

As denominações atualmente usadas para indicar o uso de moedas ou circulantes locais restritas a um grupo, um bairro, uma cidade ou região. A denominação de caráter mais geral é “moeda complementar” (ou moeda paralela), usada em vários países do mundo. No

entanto, esta denominação tipicamente diz respeito a um conjunto diversificado que inclui moedas com fins comerciais lucrativos, como os bônus de empresas para fidelização de clientes, e mesmo as divisas estrangeiras existentes em um país (Blanc, 1998). Na Europa, recentemente o termo “social” (ou “comunitário”) tem sido adicionado – moeda complementar e social ou moedas complementares comunitárias (ou locais). A utilização destes termos acaba restringindo esse universo e desconsidera as reservas estrangeiras e os tipos de moedas com fins comerciais e privados. Atualmente, existe uma tendência em adotar a denominação “moeda cidadã”, principalmente na França, no intuito de melhor especificar um conjunto de moedas com fins sociais, ecológicos, culturais associados à política cidadã e à ideia de apropriação da moeda por “pessoas comuns”. Ainda, encontramos o termo “moedas regionais”, principalmente no contexto alemão. Na Espanha e em Portugal, por exemplo, o termo “moeda social” começa a ser usado por influência dos *trueques* argentinos e das moedas dos bancos comunitários brasileiros (BCD). No Brasil, tanto as moedas de clubes de troca quando as de BCDs possuem um forte intuito de transformação social e um caráter de base popular na sua criação e uso. A denominação “moeda social” (ou “moeda social circulante local”) marca, então, a finalidade social do seu uso (mesmo que por via da promoção e do melhoramento econômico) em territórios empobrecidos ou em grupos que buscam alternativas para trocar, produzir ou consumir.

O objetivo deste artigo é apresentar o uso das moedas sociais enquanto estratégias adequadas de desenvolvimento local. Partimos de duas questões orientadoras: o que são as moedas sociais e para que estão servindo? A partir daí, traçamos um caminho que acreditamos permitir refletir sobre as possibilidades de mudanças e reorganização socioeconômica nos territórios onde delas se faz uso. Neste sentido, estruturamos este artigo da seguinte forma: a) primeiro, identificamos na literatura e em fontes secundárias de informações diferentes experiências da criação e uso de moedas sociais em outros países; e b) em seguida, apresentamos as experiências de uso de moedas sociais no Brasil focando as moedas sociais dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs); c) feito isso, detalhamos o modo de funcionamento destas moedas sociais para, em seguida; d) refletirmos como o uso destas moedas sociais pode ser visto como mecanismos de desenvolvimento local.

Este artigo é parte de um trabalho mais amplo, no âmbito de uma tese de doutorado que mapeia e analisa as moedas sociais no Brasil e que contou com procedimentos metodológicos diversificados (etnografia, *survey* e análise de redes). Neste trabalho, nos centramos no modo de funcionamento das moedas sociais dos BCDs enquanto mecanismos

de desenvolvimento local. Com este intuito, realizou-se primeiramente um mapeamento com base em fontes secundárias, como publicações acadêmicas, *sites*, jornais e relatórios. Neste processo, o acesso ao relatório completo do I Encontro Internacional de Atores de Moedas Sociais e Complementares, realizado em Lyon, em fevereiro de 2011 (*Faire Mouvement: synthèse des débats*, 2012) foi fundamental. No entanto, foi possível também obter fontes primárias por meio da participação da segunda versão deste encontro em Haia na Holanda, em junho de 2013. Outra oportunidade encontrada foi conhecer pessoalmente algumas experiências internacionais do uso de moedas complementares, notadamente a *Sol-Violette* em Toulouse e o sistema SOL francês, além de algumas moedas locais na Espanha, reunidas em Sevilha, no encontro *Monedas Locales*, em maio de 2013. Num segundo momento, foi empreendida uma imersão etnográfica no Banco Palmas em janeiro de 2012. Esta imersão permitiu entender sua história e a do bairro, o modo de funcionamento da moeda social Palmas (primeira moeda social dos BCDs e que tem inspirado a criação das demais moedas no Brasil).

2 MOEDAS COMPLEMENTARES, REGIONAIS E SOCIAIS: APRESENTANDO CASOS E INTENÇÕES DE USO

Os Local Exchange Trading Systems (LETSs) são talvez as experiências de moedas locais mais conhecidas. O primeiro LETS foi criado em 1983, em uma vila do Canadá, por conta de uma crise econômica gerada pela transferência de uma base aérea para outra região (Búrigo, 2002; Menezes, 2007). Neste sistema, pessoas de uma comunidade, bairro ou mesmo região criam uma rede de trocas de serviços e produtos utilizando-se ou não de moeda própria. O mesmo sistema pode funcionar com moeda própria impressa, trocada diretamente entre os membros, ou por meio de moeda virtual, sob o controle e registro dos créditos e débitos. De acordo com Lietaer (2001 apud Menezes, 2007), mais de 2.500 LETSs estavam espalhados pelo mundo no início do século XXI, sobretudo na Inglaterra e no Canadá. Os *Time Dollars*, por exemplo, se diferenciam dos LETSs por utilizarem a moeda “tempo”. Este sistema surgiu em 1980, nos Estados Unidos, no intuito de amenizar a falta de certos serviços provocada pelos cortes dos gastos do governo com o bem-estar social (Menezes, 2007; Lietaer e Kennedy, 2010). Neste sistema, a moeda é indexada em horas de serviço e um banco de horas controla os débitos e créditos dos participantes independentemente do tipo de serviço prestado.

As experiências similares aos LETSs canadenses são denominadas SELs (*Systèmes d'Échange Local*) na França. A principal diferença entre os LETSs e os SELs é que nestes últimos se usam, majoritariamente, moedas virtuais (Blanc, 1998; Menezes, 2007; Lietaer e Kennedy, 2010). Os primeiros SELs foram criados a partir de 1994, e hoje estão espalhados em várias cidades francesas. Cada SEL cria sua moeda e seu sistema de trocas. O objetivo destes sistemas é semelhante aos clubes de trocas brasileiros e argentinos: estimular a troca de bens e serviços entre as pessoas. Atualmente, na região parisiense, existem mais de 40 SELs e somam cerca de 465 em toda a França. Na avaliação de Rocard (2010), mais do que a provisão de serviços, que podem ser inacessíveis para alguns membros de um sistema desse tipo, tais “bancos de horas” possibilitam a circulação de conhecimento dentre os quais muitos podem ser revalorizados.

Também na França, o sistema SOL tem se destacado. O SOL é uma moeda complementar, comum a vários territórios franceses, e possui diversas finalidades, pois possibilita não apenas a compra de bens e serviços nas empresas participantes, mas também o intercâmbio de tempo e de conhecimento entre os membros e a valorização e o estímulo de práticas ecológicas, sociais e solidárias. Dentro desse movimento, a moeda *Sol-Violette* tem se destacado e redirecionado o sistema SOL para a criação de moedas sociais localizadas e promoção da articulação entre as diferentes experiências. Criada em Toulouse em 2010, o intuito da *Sol-Violette* é estimular os atores, indivíduos e organizações a consumirem localmente, respeitando a natureza e os seres humanos (*Faire Mouvement*, 2011). A referência à “apropriação cidadã da moeda” é notória no processo de desenvolvimento e de gestão da moeda em Toulouse. Como atesta a atual coordenadora do projeto, “primeiro vem a política cidadã em torno da moeda, depois a questão econômica” (Informação verbal, Entrevista, março de 2012).

Nos países germanófonos (Alemanha, Áustria e Suíça), uma rede de moedas regionais denominada de Movimento Régio foi criada em 2003, no intuito de estimular a troca de experiências entre os diferentes sistemas “régios”. Em 2008, esta rede contava com mais de 63 sistemas de moedas regionais, sendo que 28 estavam em pleno funcionamento e 35 em fase de lançamento e constituição (Lietaer e Kennedy, 2010). Um dos aspectos importantes das observações e pesquisas sobre as moedas complementares é que elas permitem refletir acerca de uma suposta “exclusividade monetária nacional” das economias contemporâneas. De acordo com Blanc (1998, p. 87), “dentro do quadro dos sistemas monetários contemporâneos, as moedas paralelas são suscetíveis de estarem em todo lugar e serem

empregadas por todos”. Além disso, muitas vezes, as moedas complementares e sociais são endossadas pelos governos (Blanc, 1998; Colliac, 2005). Por exemplo, as moedas complementares das províncias na Argentina foram amplamente aceitas nos anos 2000, inclusive pelo Estado Federal. Enfim, há incontáveis exemplos sobre moedas alternativas, cada qual com suas especificidades e surgidas em contextos específicos em resposta a situações também específicas. Esse conjunto amplo de moedas tem se manifestado em diversos países e sob as mais variadas formas, inclusive em países que não passaram por crise financeira ou por algum tipo de recessão econômica (Blanc, 1998; Lietaer e Kennedy, 2010).

Os clubes de trocas são grupos de uma comunidade que se reúnem para promoverem as trocas de produtos, serviços e saberes entre seus membros. Cada clube se organiza e constrói uma metodologia adequada a sua realidade, definindo, por exemplo, os períodos de reuniões, formas e os instrumentos para mediar as trocas. Sendo assim, constrói-se um “mercado de trocas que conta com a figura dos ‘prossumidores’, participantes que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. [...]. O sistema favorece ainda a cultura de consumo consciente e fortalece as relações comunitárias” (Brasil, 2013). No intuito de facilitar as trocas, alguns clubes criam moedas sociais que se tornam o meio de troca como alternativa quando não ocorrem trocas diretas de produtos ou serviços.

A origem destas práticas está na Argentina em 1995 quando um grupo de 23 pessoas, praticamente todas desempregadas, se reuniu em uma garagem na Província de Bernal no intuito de trocar bens e serviços entre si (Carneiro e Bez, 2011). Com instrumentos de gestão e controle bem simples inicialmente, a ideia começou a se difundir rapidamente, aumentando o número de sócios e o número de clubes de troca pelo país. Acabou se tornando uma alternativa, em meio à crise dos anos 2000, e deu origem a uma economia paralela. Para termos uma ideia do contexto argentino na época, antes dos anos 2000, eram 85 clubes; em 2000, alcançaram a marca de 400. Em 2001 e 2002, auge da crise, eram 1.800 clubes de trocas com 800 mil membros e 5.000 clubes com 2 milhões de membros, respectivamente. Mas as várias fraudes, como as relativas aos problemas contábeis e de falsificações de moedas, acabaram por provocar sua credibilidade e o distanciamento da ideologia solidária que deu origem a eles no país. Atualmente, existem aproximadamente 20 clubes com 4.000 membros, os quais possuem um caráter local e buscam uma integração em rede (*Faire Mouvement*, 2011).

3 MOEDAS SOCIAIS BRASILEIRAS E AS ESPECIFICIDADES DO CIRCUITO NOS BANCOS COMUNITÁRIOS

Os clubes de troca brasileiros, da forma como se apresentam hoje, foram diretamente inspirados nos clubes de troca argentinos e canadenses. São também vistos como alternativas encontradas pelos grupos para adquirirem e fornecerem bens e serviços em contextos econômicos difíceis. No Brasil, o primeiro clube de troca foi inaugurado em 1998, em São Paulo, no município de Santo Amaro. Em 1999, surgiu a experiência no Rio de Janeiro, seguida por outras cidades brasileiras, como os clubes de troca da comunidade Ruben Berta, em Porto Alegre; o clube de Jardim Rubilene, em São Paulo; e o Grupo de Economia Popular e Solidária (Geps), em Vitória da Conquista, na Bahia (Menezes e Crocco, 2009). Em novembro de 2001, no bairro Sítio Cercado, em Curitiba, surgiu o primeiro clube de trocas da Rede Pinhão, diretamente influenciado pela experiência argentina. Em fevereiro de 2013, a rede Pinhão em Curitiba contava com 24 clubes (Cefuria, 2013). A moeda utilizada na rede é chamada Pinhão, em homenagem ao fruto da araucária, árvore símbolo da região (Carneiro e Bez, 2011). Em 2004, vários clubes de trocas se reuniram em Mendes, no interior do Estado do Rio de Janeiro, num encontro que contou com representantes de clubes dos estados das regiões Sul, Sudeste, Nordeste (Bahia), Centro-Oeste (Goiás), Norte (Pará) e do Distrito Federal. Contou também com participantes do México e da Argentina (Brasil, 2013).

Já os BCDs, são relativamente recentes no país e têm se destacado pela difusão das experiências em vários estados brasileiros e pelo relativo apoio institucional e governamental que vêm recebendo. A maioria destes apoios governamentais são pontuais e de curto prazo, mas existem formas de apoio diretas e sistemáticas, como o financiamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE) para a constituição da rede brasileiras de bancos comunitário e alguns casos em que legislações específicas normatizam a relação entre o poder público local e o banco comunitário. Em abril de 2012, existiam 78 BCDs no Brasil e muitos outros estavam em vias de se constituírem. Hoje, a rede brasileira de BCDs é composta por 103 experiências e definiu que a adoção de uma moeda social pelo BCD é um dos critérios determinantes para a sua filiação à rede. Sendo assim, o investimento do governo federal brasileiro, por meio da Senaes, na difusão dos BCDs é, consequentemente, um investimento na criação de novas moedas sociais.

As moedas sociais de BCDs são parte importante de um conjunto mais amplo de ações desses bancos comunitários (que juridicamente são, em sua maioria, associações comunitárias) que envolve a prestação de serviços bancários e financeiros, incluindo o acesso ao crédito, e uma série de ações na comunidade atreladas a um objetivo maior de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, os BCDs são vistos como uma tecnologia social

intimamente ligada às estratégias de gestão desse processo de desenvolvimento, tendo na comunidade seus principais protagonistas.

O processo de implementação das moedas sociais nos territórios exige capacidade e criatividade dos BCDs para enfrentar desafios. De modo geral, as atividades giram em torno de sensibilizar moradores e comerciantes locais para que usem e aceitem a moeda social como meio de pagamento. A Figura 1 procura mostrar de forma esquemática como ocorre o processo de circulação das moedas sociais a partir dos BCDs. Em resumo, os usuários aderem ao sistema na medida em que passam a receber empréstimos, parte do salário ou trocam diretamente o Real em moeda social no BCD. De posse das moedas, os moradores as utilizam nos comércios das comunidades que aderiram ao sistema (e são cadastrados pelo BCD). Uma vez que os comerciantes recebem as moedas, utilizam-nas para dar troco ou para comprar mercadorias dentro da comunidade. Ao final desse processo, estabelece-se a rede de produtores, comerciantes, prestadores de serviços e consumidores que usam a moeda social no seu dia a dia complementarmente ao Real.

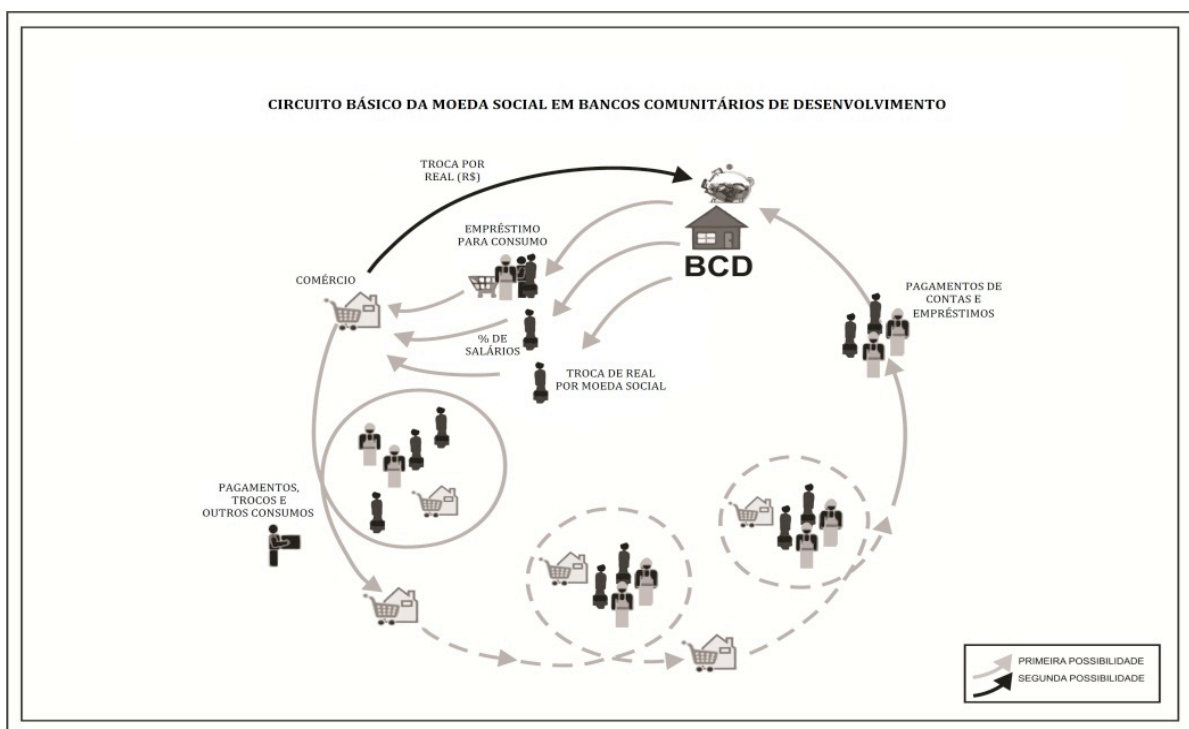


Figura 1 – Representação do circuito básico da moeda social nos BCDs

Fonte: (Re)elaborado a partir de França Filho, Rigo e Leal (2011).

Importa salientar, ainda, o papel relevante da moeda social na sua condição de tecnologia social apropriada pela comunidade: trata-se do seu potencial em reorganizar as economias locais. Tal reorganização consiste na utilização das “poupanças” dos moradores nas próprias atividades da comunidade. Ou seja, o consumo e a produção acabam por ser

financiados por meio do uso da moeda social, gerando um ciclo de dinamização da economia local. O consumidor que, por motivos diversos, antes ia buscar seus bens e serviços fora da comunidade, é estimulado por uma relação de proximidade a realizar o seu consumo no comércio local. A ideia é que este processo possa potencializar o surgimento de novos postos de trabalho, bem como a criação de novos empreendimentos locais, notadamente familiares e Empreendimentos de Economia Solidária (EES). No entanto, há situações em que os comerciantes, ao receberem a moeda social num ato de consumo (de um tomador de crédito, por exemplo), não encontram possibilidades de abastecerem seu negócio com produtos de dentro da comunidade, encurtando, sobremaneira, o circuito da moeda social. Assim, o incentivo para a criação de novos empreendimentos deve ser constante, apontando também para a importância do estabelecimento de uma rede de empreendimentos.

Em suma, o projeto que orienta os BCDs brasileiros, este está diretamente ligado a um processo mais amplo de desenvolvimento local. De acordo com Melo Neto e Magalhães (2009, p. 23) os BCDs objetivam, resumidamente, “promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, por meio do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, com base no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos”. Nota-se que o desenvolvimento do território como objetivo central, e a economia e a comunidade (relações de reciprocidade e governança coletiva) como as principais vias para que o projeto se concretize. A moeda (e o microcrédito) é o principal instrumento utilizado pelo BCD neste processo, e que depende diretamente tanto das relações econômicas quando das sociais (comunitárias, de identidade, de confiança, entre outras).

4 MOEDAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A ideia de “local” (hoje mais comumente denominado de territorial) começou a adquirir importância nos assuntos de desenvolvimento, indo desde preocupações com aspectos sociais, até a identificação das peculiaridades de cada espaço a ser desenvolvido (Martinelli e Joyal, 2004). Diretamente relacionada à ideia de desenvolvimento local, está a de comunidade, pois, de acordo com Martinelli e Joyal (2004, p. 53), “o desenvolvimento local reforça as comunidades, dinamizando as suas potencialidades”. Tais potencialidades passaram a se destacar não somente como fontes promotoras do desenvolvimento do local, mas também como forças de onde este desenvolvimento poderia partir. Ou seja, [...] “trata-se de ver como se apresenta esse espaço de intervenção [comunidade, local, ou região], em que

os atores ditos locais são chamados a influenciar, o mais que possam, o futuro do meio ao qual pertencem” (Martinelli e Joyal, 2004, p. 62).

O desenvolvimento local, neste sentido, possui um caráter fortemente endógeno. De acordo com Ribeiro, Mendonça e Guedes (2002, p. 1), o desenvolvimento local pode ser entendido como “o processo endógeno de mobilização de energias sociais em espaços de pequena escala que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população”. Buarque (1999) e Llorens (2001) reforçam que,

Desenvolvimento local é um **processo endógeno** registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o **dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida** da população. Representa uma considerável transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da **mobilização das energias** da sociedade, explorando as suas **capacidades e potencialidades** específicas (Buarque, 1999, p. 23-24) [grifos no original].

Como visto, os territórios onde são criadas e circulam moedas complementares e sociais são diversos, e não necessariamente empobrecidos. Há moedas que circulam em bairros de grandes cidades (como as Palmas e a *Sol-Violette*), pobres ou não, em pequenas e médias cidades (a *L'abeille* francesa, a RES Belga e a *Chiemgauer* na Alemanha); há sistemas integrados em países (como o Sistema Sol na França e o Regiogeld na Alemanha) e sistemas que ultrapassam as fronteiras entre nações. Encontramos ainda moedas circulando em grupos e redes sem território definido, pelo interesse em trocar bens e serviços (como os clubes de trocas de modo geral, os SELs e os LETs).

No entanto, no caso das moedas sociais brasileiras criadas por BCDs, a maioria se restringe a circular em territórios empobrecidos, notadamente pequenos municípios, bairros ou comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores etc.). Apesar de algumas experiências possuírem nítida orientação política e ideológica ligadas à economia social e solidária, à valorização da reciprocidade e mesmo à crítica ao modo de vida do sistema capitalista atual, o objetivo primeiro do uso destes circulantes locais associado ao microcrédito é de desenvolvimento local.

Os métodos e técnicas de circulação das moedas complementares e sociais também são diversos. Algumas moedas são impressas e outras apenas numéricas ou virtuais (sistemas de créditos e débitos) Algumas experiências indexam a moeda à moeda nacional e constroem um sistema de concessão de crédito e outros projetos sociais (moedas sociais dos BCDs, algumas do sistema *Sol* e as PECE, em Honduras); outras ainda possuem sistema de oxidação ou desvalorização periódica do valor (como a *Sol-Violette* e a *Chiemgauer*); outras

são indexadas a outras unidades, como o tempo (os *Time Dollars* e bancos do tempo japoneses) ou bônus de fidelidade para compras ecologicamente corretas (como a *Nu-Spaarpas*, em Rotterdam).

As moedas sociais nos BCDs brasileiros são impressas e diretamente atreladas ao Real (relação um para um). Ao se associar com o microcrédito, seu uso permite aumentar a circulação de riqueza na rede associada, privilegiando os empreendimentos e a produção local. A ideia é formar uma ampla rede de trocas interna usando um papel moeda simbolicamente diferente e com um papel pedagógico importante. Apesar do uso das moedas sociais dos BCDs volta-se para dentro da comunidade, o processo de criação e de consolidação destas experiências contam, tipicamente, com intervenções externas. Buarque (1999, p. 23-24) concorda que em processo de desenvolvimento local [...] “apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas”.

Sendo assim, o processo de endogenização, principalmente no que diz respeito à “mobilização das energias” locais, não se dá, na maioria das vezes, sem um considerável esforço externo. Experiências de desenvolvimento local, tanto européias quanto latino americanas, como salienta Dallabrida (2000), resultaram não somente de injeção de recursos financeiros, mas também da potencialização de recursos do próprio local.

Neste aspecto, o Estado tem um papel importante de fornecer meios para a mobilização dessas energias sociais (Ribeiro, Mendonça e Guedes, 2002; Martinelli e Joyal, 2004). Como salienta Boisier (2000, p. 175), ao se referir ao “desenvolvimento de baixo para cima”, o processo de desenvolvimento local se inicia a partir da identificação de políticas públicas mais próximas e adequadas ao local ao qual se destinam.

No caso da implementação e do uso de moedas sociais são, notadamente, as organizações da sociedade civil que se articulam e estão à frente do processo. No entanto, há casos que contam com a atuação direta de governos locais (como a *Sol-Violette*) e mesmo financiamento de projetos nacionais (como a constituição da rede de BCDs no Brasil, que tem contado com o apoio e o financiamento da Senaes/MTE). Há ainda casos em que as próprias coletividades ou grupos criam seus meios circulantes locais (como as Palmas e os *Time Dollars*) e há ainda os que evitam parcerias com o poder público (como alguns SELs franceses). No entanto, de modo geral, identifica-se que uma combinação de parcerias entre

diferentes atores institucionais e pessoas tem sido a prática constante para criação de moedas complementares e sociais no mundo inteiro.

Em processos de desenvolvimento local, existem numerosas formas de associação de atores locais e instituições que funcionam mais na base de relações de confiança de caráter implícito, compartilhando uma finalidade comum, como o desenvolvimento econômico ou do emprego em nível local. O uso de moedas sociais nos territórios contribui para reforçar as relações de confiança locais ao se formar uma rede de aceitação da moeda que é própria da comunidade. Nesse sentido, pode-se ressaltar a preocupação com fatores que não são exclusivamente de caráter econômico, mas também com aspectos extra-econômicos, como os sociais e os culturais, os quais são vistos como facilitadores do desenvolvimento local (Llorens, 2001; Ribeiro, Mendonça e Guedes, 2002).

A forma como as moedas sociais são gerenciadas e controladas aponta para essa integração de atores locais pois, em maior ou menor grau, a gestão da moeda e as decisões em torno do seu funcionamento contam com espaços democráticos de discussão. Nestes espaços, os atores envolvidos são, de alguma forma, representados (moedas do sistema *Sol*). Em outras situações, os usuários se envolvem diretamente (clubes de troca e SELs) e, em outras, há uma organização que centraliza a gestão da rede de trocas (gestão de uma central de créditos e débitos, como nos LETs e nos bancos do tempo). Alguns sistemas contam com o apoio de governos locais, cooperativas de crédito, empresas privadas, ONGs e redes de diferentes níveis para a tomada de decisão em relação à circulação da moeda. No entanto, o processo de gestão da circulação (registros, controles, emissões etc.) tipicamente fica a cargo de uma organização da sociedade civil ou associação que faz a gestão cotidiana do circuito e do cadastro de usuários (como a ONG *Folie* da *Sol-Violette*, os BCDs no Brasil, a associação de bairro Pulmarejo, no caso das *Pulmas* em Sevilla).

Bandeira (2000) indica a importância da participação e interação dos atores locais durante o processo de desenvolvimento local. As relações comunitárias podem revelar potencialidades para a efetivação dos esforços de desenvolvimento local. No entanto, precisam ser articuladas e fortalecidas pela promoção de processos participativos implementados por instituições, programas ou projetos de intervenção (Sen, 2000). Sendo assim, os processo de criação, uso e gestão de moedas sociais pelas comunidades revelam sua capacidade de auto-organização bem como tem servido para alavancar e dinamizar recursos do território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de moeda sociais pode ser visto como um instrumento para dinamizar as potencialidades dos territórios e potencializar processos de desenvolvimento local. O potencial das moedas sociais dos bancos comunitários no Brasil atrelado ao microcrédito, se configura por promover um certo equilíbrio entre a produção local e o consumo. Sendo assim, vislumbra-se a possibilidade de um outro tipo de desenvolvimento, voltado para práticas solidárias, baseadas em relações de confiança que são reforçadas com o uso de uma moeda própria, criada pelos membros da comunidade e com um forte papel simbólico, político e pedagógico. Nesse sentido, ao invés das atividades econômicas no local se basearem na busca da satisfação exclusiva de interesses materiais e na competição, fundamentam-se numa lógica voltada para o social, para o comunitário. A nosso ver, a principal potencialidade do uso da moeda social é justamente o seu caráter restrito. Uma vez que ela só é aceita dentro do território, ali ela circula e propicia o acesso de bens e serviços pelos membros da comunidade.

As potencialidades do uso de moedas sociais pelos BCDs nos territórios podem ser resumidas em três pontos principais: a) a **construção conjunta da oferta e da demanda**, pois as relações entre produtores-consumidores permitem identificar os “prosumidores”, ou seja, agentes de uma economia onde a oferta e a demanda são planejadas e decididas por eles mesmos em espaços públicos de discussão e com base nas demandas reais do território. Este processo permite a existência, dentro do mesmo espaço e ao mesmo tempo, de diferentes lógicas de comportamento econômico, para além do interesse individual e material. Assim, coexistem, por exemplo, a prestação de serviços (lógica mercantil), a captação de recursos públicos (lógica não mercantil) e as ações voluntárias e solidárias (lógica não monetária); b) permitem inaugurar um **novo tipo de relação com o dinheiro**, traduzida na tentativa de restaurar vínculos sociais degradados e propor um “novo tipo de organização da vida econômica local” (França Filho e Cunha, p. 107), usando um termo dos autores, “construir um novo tipo de sociabilidade”, diferente daquela baseada nas trocas mercantis e no interesse único de satisfação pessoal e material. Por fim, c) parece ser um mecanismo com **utilidade social** (ou mais valia social), uma especificidade que marca os BCDs e suas moedas sociais como organizações únicas e legítimas nos territórios por sua maneira de atuar e pelos benefícios, diretos e indiretos, resultantes de cada experiência local e de suas particularidades.

A título de agenda de pesquisa, notamos que esse conjunto complexo de moedas complementares e sociais e, especificamente, o conjunto de moedas sociais (ou cidadãos) exige um arcabouço teórico e conceitual que possibilite compreender este campo de práticas. Na

antropologia econômica, podemos encontrar um arcabouço de análise apropriado, tanto pela amplitude que oferece ao entendimento sobre os usos da moeda, quanto pela ênfase dada às relações sociais e locais (notadamente as culturais e políticas). Encontramos ainda um campo fértil para estudos e pesquisas mais específicos da gestão, tendo em vista a diversidade de atores envolvidos e os modos de governança particulares (notadamente os coletivos) que algumas experiências prezam.

Referências

Bandeira, P. (2000) “Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional”, in Becker, D. F. e Bandeira, P. S. *Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos*, EDUNISC, Santa Cruz do Sul, p.23-128.

Blanc, J. (1998) “Las monnaies parallèles: évaluation du phénomène et enjeux théoriques”, *Revue d'économie financière*, n. 49, p.81–102, Disponível em: <http://www.aef.asso.fr> (acesso em 01 de julho de 2010).

Boisier, S. (2000) “Desarrollo (local): De qué estamos hablando?”, in Becker, D. F. e Bandeira, P. S. *Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos*, EDUNISC, Santa Cruz do Sul, p.151-185.

BRASIL (2012) *Clubes de troca*, Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/economia-solidaria/clubes-de-troca> (site oficial do Brasil) (acesso 27 fevereiro 2012).

Buarque, S. C. (1999) *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*, 2 ed. IICA, Recife.

Búrigo, F. L. (2002) *Moeda social e circulação de riquezas na economia solidária*, Disponível em: http://money.socioeco.org/documents/67pdf_Moeda.pdf (acesso em 29 agosto 2010).

CEFÚRIA - Centro de Fomação Urbano Rural Irmã Araújo (2013) *Relação dos clubes de troca [em Curitiba]: com municípios, bairros, dias e horários de funcionamento*, Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/doc/clubes.pdf> (Acesso em 26 fevereiro 2013).

Colliac, S. (2005) “Monnaies parallèles provinciales et fédéralisme budgétaire em Argentine”, *Revue d'économie financière*, n. 81, p.1-20.

Dallabrida, V. R. (2000) “Sustentabilidade e endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional”, in Becker, D. F. e Bandeira, P. S. *Desenvolvimento regional-local: determinantes e desafios contemporâneos*, EDUNISC, Santa Cruz do Sul, p.187-228.

Faire Mouvement: synthèse des débats (2012) *Relatório do Rencontre Internationale des Acteurs des Monnaies Sociales et Complémentaires I, 2012, Lyon, França*, Disponível em: monnaieendebat.org (acesso 15 janeiro 2013).

França Filho, G. C. (2002) “Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais”, *Bahia - Análise & Dados*, v. 12, n. 01, p.09-19.

França Filho, G. C. e Laville, J.-L. (2004) *Economia solidária: uma abordagem internacional*, Editora da UFRGS, Porto Alegre.

- França Filho, G. C. e CUNHA, E. V. (2009) “Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizado a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA”, *Organizações & Sociedade*, v.16, n.51, p.725-747.
- França Filho, G. C., Rigo, A. S.; Leal, L. P. (2011) “Moedas sociais e território na experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento”, *Anais do 28º Congresso Internacional da Associação Latinoamericana de Sociologia*, Recife. Anais.
- Freire, M. V. (2009) “Social economy and central Banks: legal and regulatory issues on social currencies (social money) as a public policy instrument consistent with monetary policy”, *International Journal of Community Currency Research*, v.13, p. 76-94.
- Freire, M. V. (2011) *Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil*, Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição da Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Tese de Doutorado.
- Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (2012) *Relatório anual de 2012*, Fortaleza (documento interno).
- Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (2011) *Rede Brasileira de Bancos Comunitários*, Disponível em: <http://www.bancopalmas.org.br> (acesso 20 maio 2011).
- Lietaer, B. e Kennedy, M. (2010) *Monedas regionales: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable*, La Hidra de Lerna Ediciones, s/l.
- Martignoni, J. (2012) “A new approach to a typology of complementary currencies”, *International Journal Community Currency Research*, v.16, p.1–17.
- Llorens, F. A. (2001) “Novas políticas territoriais e funções da gestão local do desenvolvimento”, in *Desenvolvimento econômico local: caminhos para a construção de uma nova agenda política*, BNDES, Rio de Janeiro, p.135-160.
- Martinelli, D. P. e Joyal, A. (2004) *Desenvolvimento Local e o papel das pequenas empresas*, Manole, São Paulo.
- Melo Neto, J. J. e Magalhães, S. (2009) “Bancos Comunitários. Mercado de trabalho”, *IPEA*, n.41, p.21-26.
- Menezes, M. S. (2007) *Moedas locais: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES*, Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, (Dissertação de Mestrado).
- Menezes, M. S. e Crocco, M. A. (2009) “Sistemas de Moedas locais: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco bem em Vitória/ES”, *Economia e Sociedade*, v.18, n.2 (36), p.371-398.
- Ribeiro, C., Mendonça, P. e Guedes, P. (2002) “Modelos organizacionais para o desenvolvimento local integrado e sustentável: o estudo de caso do SEBRAE/BA”, *Anais do 26º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, ANPAD.
- Rocard, M. “Prefácio”. In Lietaer, B. e Kennedy, M. (s.d.) *Monedas regionales: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable*, La Hidra de Lerna Ediciones, s.l.
- Schroeder; R. F. H., Miyazaki, Y. e Fare, M. (2011) “Community currency research: na analysis of the literature”, *International Journal Community Currency Research (IJCCR)*, v.15, section A, p. 31-41.

Soares, C. L. B. (2006) *Moeda social: uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo*, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis (Tese de Doutorado).